

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL RELATOR(A)
DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Recurso Eleitoral em Representação n.º 0601123-78.2020.6.21.0134

Procedência: CANOAS (134ª ZONA ELEITORAL DE CANOAS/RS)

Assunto: CARGO – PREFEITO – VICE-PREFEITO – ELEIÇÃO MAJORITÁRIA –
PESQUISA ELEITORAL – DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL
IMPUGNADA – INTERNET – EXECUÇÃO DE MULTA

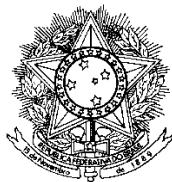
Recorrente: JAIRO JORGE DA SILVA, LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI E
FERNANDA DANNI PICCININI

Recorrido: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB DE CANOAS E
COLIGAÇÃO PRA CANOAS SEGUIR EM FRENTE

Relator(a): DES. GERSON FISCHMANN

PARECER

**RECURSO EM REPRESENTAÇÃO POR DIVULGAÇÃO
IRREGULAR DE PESQUISA ELEITORAL. JUÍZO DE
PROCEDÊNCIA, COM APLICAÇÃO DE MULTA.
PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO.
AUSÊNCIA DE HIPÓTESE QUE SE ENQUADRE NO ART.
330, § 1º, DO CPC. PRELIMINAR DE NULIDADE.
AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA DA REPRESENTADA
FERNANDA DANNI PICCININI. DESCUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ART. 8º, § 1º, inc. II, DA RESOLUÇÃO TRE
N. 347/2020. NULIDADE DA SENTENÇA. NECESSIDADE
DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA
PROSSEGUIMENTO DO FEITO COM A CITAÇÃO DA
ALUDIDA REPRESENTADA. Parecer pelo: a) **conhecimento**
dos recursos; b) **rejeição** da preliminar de inépcia da inicial
suscitada pelos recorrentes JAIRO JORGE DA SILVA e LUIS
FELIPE MAHFUZ MARTINI; c) pelo **provimento parcial** do
recurso da representada FERNANDA DANNI PICCININI, para**



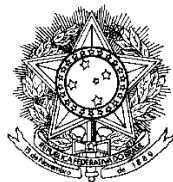
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

acolher a preliminar de ausência de citação válida, a fim de que seja anulada a sentença e determinado o retorno dos autos à origem para citação da aludida representada e prosseguimento do feito nos seus ulteriores termos, restando prejudicada a análise do mérito da lide.

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por JAIRO JORGE DA SILVA, LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI e FERNANDA DANNI PICCININI em face da decisão proferida pelo Juízo Eleitoral da 134ª Zona Eleitoral de Canoas/RS (ID 44446433), que julgou procedente representação por descumprimento de decisão em Impugnação de Pesquisa Eleitoral deduzida pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB de CANOAS contra JAIRO JORGE DA SILVA, candidato a Prefeito em Canoas, LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI e FERNANDA DANNI PICCININ, ora recorrentes, condenando-os ao pagamento de multa de R\$ 53.205,00, para cada um dos representados, nos termos do art. 17 da Resolução 23.600/19 do TSE.

Em suas razões recursais (ID 44446683), os recorrentes JAIRO JORGE DA SILVA e LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI alegam, preliminarmente, a inépcia da inicial, vez que ausente causa de pedir e da narração dos fatos não decorreria logicamente a conclusão. No mérito, alegam que não lhes pode ser imputado o descumprimento da sentença proferida na Representação n.º 600106.07.2020.6.21.0134, pois não foram parte naquele processo, sendo a sentença ineficaz em relação aos mesmos por força do art. 115, inc. II, do CPC. Ademais, referem que não restou comprovada qualquer participação ativa dos recorrentes na divulgação de pesquisa falsa ou não registrada, pois a prova se limita a “print” de tela de celular com uma suposta conversa de WhatsApp sem identificação do telefone celular e do proprietário, bem como “print” de tela de celular com



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

divulgação da pesquisa no Facebook, sem URL, documentos imprestáveis como prova, podendo ter sido facilmente manipulados eletronicamente. Asseveram que, em relação ao representado JAIRO JORGE, não foi trazida qualquer prova. Requerem, assim, a reforma da sentença, a fim de que seja julgada improcedente a ação, por falta de provas e pela ineficácia da sentença proferida nos autos da Representação n.º 600106.07.2020.6.21.0134 em relação aos recorrentes.

Quanto as razões recursais de FERNANDA DANNI PICCININ (ID 44447133), a recorrente alega, preliminarmente, o cerceamento de defesa, pois não teria sido citada regularmente. No mérito, defende que as provas apresentadas pelos representantes suscitam dúvidas sobre sua veracidade e autoria, podendo ter sido clonado o seu perfil no Facebook. Requer a reforma da sentença, para que seja julgada improcedente a representação.

Intimada a parte autora, não ofereceu contrarrazões.

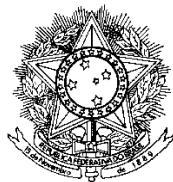
Os autos foram remetidos a esse eg. TRE-RS e, em seguida, vieram com vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para análise e parecer.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Pressupostos de admissibilidade recursal

No caso, restam presentes todos os requisitos concernentes à admissibilidade recursal, quais sejam: tempestividade, cabimento, interesse e legitimidade



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

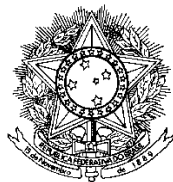
para recorrer, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, e regularidade formal.

Especificamente em relação à tempestividade, o prazo para interposição de recurso contra sentença proferida em representação por descumprimento da Lei das Eleições, é de 24 horas, nos termos do art. 96, § 8.º, da Lei 9.504/97.

Conforme se verifica do PJe na ZE, o recurso de JAIRO JORGE DA SILVA e LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI foi interposto em 25.01.2021, antes mesmo de registrada a ciência da sentença, o que ocorreu somente em 01.02.2021, portanto o recurso é tempestivo.

Ademais, também deve ser considerado tempestivo o recurso da recorrente FERNANDA DANNI PICCININI, pois de acordo com o Relator “Não foi juntado aos autos o cumprimento da carta de precatória relativa ao mandado de intimação da recorrente FERNANDA DANNI PICCININI sobre a sentença. A recorrente interpôs dois recursos em horários distintos, nos IDs 44447133 e 44447283 e, estando ausente o marco inicial de contagem do prazo, deve o primeiro ser considerado tempestivo, operando-se a preclusão consumativa quanto ao segundo recurso interposto.” Com isso, fica claro que o recurso interposto pela recorrente, no dia 07.06.2021 (ID 44447233), é tempestivo.

Assim, os recursos **devem ser conhecidos.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

II.II – Da preliminar de inépcia da inicial

Em seu recurso, JAIRO JORGE DA SILVA e LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI alegaram que a inicial seria inepta, vez que não foi trazida a prova exigida pelo art. 17 da Resolução 23.608/2019, na medida em que não restou comprovado qualquer participação ativa dos recorrentes na divulgação de pesquisa falsa ou não registrada. Sustentaram a preliminar de inépcia no art. 330, inciso I, § 1º, incisos I (ausência de causa de pedir) e III (da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão), do CPC.

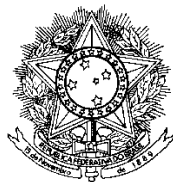
Não há que se falar em inépcia da inicial, vez que a causa de pedir consistiria na divulgação feita pelos representados de pesquisa cuja divulgação estava vedada pela Justiça Eleitoral e com dados fraudulentos.

A existência de prova do alegado é matéria a ser analisada em sede de mérito, até porque o art. 17 da Resolução 23.608/2019 diz respeito à propaganda irregular e não à representação por pesquisa irregular. Da mesma forma o art. 40-B da Lei das Eleições se encontra sob o capítulo “Da Propaganda Eleitoral em Geral”, que se distingue do capítulo “Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Sendo que as normais que limitam o acesso à Justiça devem ser interpretadas restritivamente.

Destarte a rejeição da preliminar de inépcia da inicial é medida que se impõe.

II.III – Da preliminar de ausência de citação

A recorrente FERNANDA DANNI PICCININI sustenta, preliminarmente, que houve cerceamento de defesa, pois não foi citada para oferecimento de contestação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Pelo cartório eleitoral, foi acostado aos autos *print* de tela de WhatsApp (ID 44447433) que demonstra que a representada FERNANDA DANNI PICCININI foi citada através daquele aplicativo para defesa no processo.

Ocorre que o ato processual, consistente no oferecimento da contestação, não foi realizado. Nesse sentido, entendemos que está correto o Relator quando, na decisão de ID 44550883, verificou possível violação ao disposto no art. 8º, § 1º, inc. II, da Resolução TRE n. 347/2020, cuja redação é a seguinte:

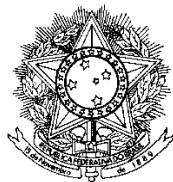
Art. 8º Se não houver Termo de Adesão, as citações, intimações e notificações poderão ser encaminhadas ao número de telefone móvel por meio de mensagem instantânea enviada pelo aplicativo WhatsApp Messenger e, frustrado o seu uso, ao endereço de e-mail, registrados em nome da parte nos bancos de dados cadastrais da Justiça Eleitoral (exemplificativamente, o SGIP e o Sistema ELO).

§ 1º Inexistindo Termo de Adesão:

(...)

II - se a parte confirmar a leitura da mensagem instantânea, mas deixar de praticar o ato processual tempestivamente, o servidor responsável deverá proceder conforme disciplinado nos [arts. 246 ou 274 e 275 do Código de Processo Civil](#), conforme o caso, dispensando-se a comunicação do ato por e-mail;

Não há notícia nos autos de que tenha havido assinatura de termo de adesão pela representada, destarte, tendo a mesma sido citada através de mensagem atra-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

vés do aplicativo WhatsApp e não tendo sido praticado o ato processual, deveria ter sido adotada alguma das formas de citação previstas nos arts. 246, 274 e 275 do CPC, quais sejam, através de carta com AR, pessoalmente em cartório, por Oficial de Justiça ou por edital.

Como não houve a citação pelas formas acima referidas, aplica-se o disposto no art. 280 do CPC, que determina a nulidade da citação quando realizada sem observância das prescrições legais.

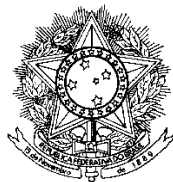
A nulidade da citação, por sua vez, importa na nulidade dos atos processuais posteriores nos termos do art. 239 do CPC¹.

Diga-se que a defesa da representada, em tese, poderia ser aproveitada pelos demais representados, notadamente o representado JAIRO JORGE DA SILVA (que também está respondendo em virtude dos atos da aludida representada), razão pela qual a nulidade em questão causou prejuízo a todos os demandados, considerando a sentença de procedência.

Finalmente, a nulidade da sentença por ausência de citação válida não se encontra dentre as hipóteses previstas no art. 1.013 do CPC que permite o julgamento pelo Tribunal estando a causa madura.

Destarte, necessária a decretação de nulidade da sentença, determinando-se o retorno dos autos à origem para citação da representada FERNANDA DANNI PICCINI.

¹Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

II.IV - Mérito da lide

Diante do acolhimento da preliminar de cerceamento de defesa, com a necessidade de anulação da sentença e retorno dos autos à origem, resta prejudicada a análise do mérito da lide.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina: a) pelo **conhecimento** dos recursos; b) pela **rejeição** da preliminar de inépcia da inicial suscitada pelos recorrentes JAIRO JORGE DA SILVA e LUIS FELIPE MAHFUZ MARTINI; c) pelo **provimento parcial** do recurso da representada FERNANDA DANNI PICCININI, para acolher a preliminar de ausência de citação válida, a fim de que seja anulada a sentença e determinado o retorno dos autos à origem para citação da aludida representada e prosseguimento do feito nos seus ulteriores termos, restando prejudicada a análise do mérito da lide.

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2022.

José Osmar Pumes
Procurador Regional Eleitoral